Danilo Fontenele Sampaio Cunha
Tamires Reis da Silva

LEI ANTIFACÇÃO

Lei nº 15.358/2026

Teoria Geral, Crimes e Competência

VOLUME I

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

PARTE I
Teoria Geral das Organizações Criminosas Ultraviolentas
1

1 O problema dogmático. O domínio social estruturado e a insuficiência das categorias tradicionais 3

2 A permanência do domínio social e os diferentes planos da realidade jurídica 9

3 O fato histórico, os limites da coisa julgada e nova unidade histórica de imputação 13

4 A permanência dinâmica do domínio social estruturado e a formação de novas unidades históricas da imputação 21

4.1 O conceito de permanência dinâmica e seus limites 22

4.2 A nova contribuição pessoal juridicamente relevante 24

5 A unidade histórica da imputação: conceito, identificação e consequências jurídicas 37

5.1 A delimitação objetiva da nova unidade histórica de imputação 41

5.2 A pluralidade de unidades históricas de imputação. Consequências para a imputação penal, a coisa julgada e o concurso de crimes 49

5.3 A precedência da unidade histórica da imputação e sua relação com as categorias tradicionais do concurso de crimes 52

5.3.1 A continuidade biográfica diante da ruptura histórica.....54
5.3.2 A incidência das categorias tradicionais do concurso de crimes. Concurso material, formal e continuidade delitiva..... 55
5.3.3 A precedência da unidade histórica e suas repercussões sobre a coisa julgada e o *bis in idem* ***57***
5.3.4 A opção metodológica pela expressão "vetores de identificação"..... 60
5.3.5 Vetores de identificação da unidade histórica da imputação..... 63
5.3.5.1 Espécies dos vetores de identificação. Vetores estruturantes e vetores de corroboração institucional 65
5.3.5.2 A convergência dos vetores de identificação 70

6 A inteligência artificial como vetor de evolução do domínio social estruturado 75
6.1 Da inteligência artificial como instrumento à inteligência artificial como estrutura..... 78
6.2 A organização criminosa cognitivamente ampliada e a nova dimensão da permanência dinâmica..... 81
6.3 A superioridade informacional como novo vetor do domínio social estruturado 84
6.4 As manifestações práticas da superioridade informacional 89
6.5 A necessária adaptação do Estado diante da criminalidade organizada cognitivamente ampliada 95

7 Síntese da ideia da permanência dinâmica e da unidade histórica da imputação..... 103

PARTE II
Compreensão Geral do Domínio Social Estruturado.
109

8 Do domínio social estruturado e sua facilitação 111

8.1 A estrutura normativa do domínio social estruturado 112

8.2 Art. 2º. O exercício do domínio social estruturado 123

8.3 As modalidades de exercício
do domínio social estruturado 130

8.4 Art. 3º– O favorecimento ao
domínio social estruturado 138

8.4.1 Apoio à organização, liberdade de expressão
e os limites da manifestação artística, política e ideológica 142

8.4.2 Quando o discurso se transforma em apoio?
A exigência de contribuição funcional à organização 148

8.5 Concurso de crimes, autonomia
das tutelas penais e os limites das categorias tradicionais
de crime-meio e crime-fim 164

8.6 O conceito legal de organização criminosa ultraviolenta
e sua inserção no sistema das organizações criminosas 170

8.7 Facções criminosas, milícias privadas
e grupos paramilitares 178

8.8 O controle territorial e o controle social 188

8.9 O regime jurídico especial dos crimes
de exercício do domínio social estruturado 204

8.9.1 A excepcional punição dos atos preparatórios 206

8.9.2 Integração à organização e preparação
de outro crime. Possibilidade de autonomia dos injustos 211

8.9.3 E o agente externo à organização? 211

8.9.4 O paradoxo punitivo entre preparação e tentativa 224

8.9.5 A preparação punível de crimes de perigo,
ameaça ou obstrução – a dupla antecipação da punibilidade 234

8.9.6 Síntese das diferentes posições possíveis do agente 237
8.10 As circunstâncias de aumento de pena..... 242
8.11 A vedação do auxílio-reclusão e a projeção de consequências sobre os dependentes - § 6º do art. 2ºe art. 30.....255
8.12 A custódia obrigatória em estabelecimento penal federal de segurança máxima (§7º)..... 270
8.13 Homicídios conexos, Varas Criminais Colegiadas e a necessária remissão ao Tribunal do Júri (§ 8º)..... 285
8.14 A prisão preventiva e o significado constitucionalmente admissível da expressão "causa suficiente" 287
8.15 Síntese total. A arquitetura jurídica do domínio social estruturado e os limites de seu regime excepcional 299

PARTE III
Da Competência
305

9 Competência comum..... 307
9.1 A competência constitucional da Justiça Federal e da Justiça Estadual..... 308
9.2 A competência territorial diante da expansão do domínio social estruturado 312
9.3 A prevenção como instrumento de unidade jurisdicional 315

10 Competência da Justiça Militar. A militarização funcional das facções criminosas.....319
10.1 Critérios para identificação da natureza militar do delito..... 321
10.2 A atuação em serviço e a atuação em razão da função.....329
10.3 A ofensa ao patrimônio e à ordem administrativa militar..... 331
10.4 A instrumentalização das capacidades institucionais militares 336

10.5 A evolução temporal do nexo funcional 339
10.6 Competência jurisdicional 341
10.6.1 Competência da Justiça Militar Estadual 343
10.6.2 Crimes dolosos contra a vida e o Tribunal do Júri 347
10.6.3 A fragmentação constitucional da competência 350
10.7 Aplicações práticas dos critérios propostos 355
10.7.1 A condição militar acidental 355
10.7.2 A instrumentalização permanente da função policial 356
10.7.3 A captura das capacidades institucionais da corporação 356
10.7.4 A utilização episódica da função militar 358
10.7.5 O emprego de conhecimento técnico especializado 359
10.8 Síntese conclusiva 360

11 Competência Eleitoral 365
11.1 Organizações Criminosas e a captura da representação política – o processo eleitoral maculado 366
11.2 A interferência violenta das organizações criminosas no processo eleitoral e os limites do crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito 380
11.3 A captura normativa do Estado como culminância do domínio social estruturado 382

12 A neutralização do controle jurisdicional 387
12.1 A jurisdição eleitoral como garantia da democracia 388
12.2 A intimidação de magistrados e membros do Ministério Público 389
12.3 A manipulação da prova 394
12.4 A produção social do silêncio 396
12.5 A sabotagem da fiscalização 398
12.6 A captura da prova sem a captura do julgador 399

12.7 A proteção penal da jurisdição eleitoral contra a captura criminosa 402
12.7.1 A tutela penal da liberdade dos sujeitos processuais 403
12.7.2 A tutela penal da autenticidade da prova 405
12.7.3 A tutela penal do regular funcionamento da Justiça Eleitoral 408
12.7.4 A tutela penal da integridade dos sistemas de informação e da infraestrutura eleitoral 410
12.8 A competência da Justiça Eleitoral e os crimes de domínio social estruturado 413

13 Síntese conclusiva 419

14 O homicídio como instrumento de dominação eleitoral..... 425
14.1 As diferentes funções eleitorais do homicídio 427
14.2 A competência constitucional do Tribunal do Júri 429
14.3 A competência das Varas Criminais Colegiadas e os limites constitucionais do art. 2º, § 8º, da Lei nº 15.358/2026 438
14.3.1 A aplicação literal do art. 2º, § 8º..... 444
14.3.2 A declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, § 8º..... 446
14.3.3 A interpretação conforme a Constituição como solução para o art. 2º, § 8º..... 448
14.4 O Tribunal do Júri perante as Varas Criminais Colegiadas: uma interpretação conforme à Constituição..... 449
14.4.1 A operacionalização da interpretação conforme 452
14.4.2 Controle de constitucionalidade, aplicação imediata e processos em curso 454
14.5 Os homicídios praticados por militares em contexto eleitoral 456
14.6 Síntese conclusiva 459

Referências Bibliográficas 463